

# SUMÁRIO

*Nota do autor, xxi*

## **1 Histórico, 1**

1 Introdução, 1

2 Histórico, 1

*Verificação de aprendizagem, 6*

## **2 O Direito, 7**

1 Etimologia, 7

2 Denominação, 7

3 Conceito, 7

*Verificação de aprendizagem, 8*

## **3 Conceito de direito tributário, 9**

1 Denominação, 9

1.1 Direito financeiro, 9

1.2 Direito fiscal, 9

1.3 Legislação tributária, 10

1.4 Legislação fiscal, 10

1.5 Direito do imposto, 10

1.6 Direito tributário, 10

2 Conceito, 11

3 Divisão, 12

*Verificação de aprendizagem, 12*

## **4 Estado e seu poder fiscal, 13**

*Verificação de aprendizagem, 16*

## **5 Autonomia do direito tributário, 17**

*Verificação de aprendizagem, 19*

## **6 Posição enciclopédica do direito tributário, 20**

*Verificação de aprendizagem, 20*

## **7 Relações do direito tributário com os demais ramos do direito, 21**

- 1 Direito constitucional, 21
- 2 Direito financeiro, 21
- 3 Direito administrativo, 22
- 4 Direito penal, 22
- 5 Direito da seguridade social, 23
- 6 Direito internacional público, 23
- 7 Direito processual civil, 23
- 8 Direito civil, 23
- 9 Direito comercial, 24
- 10 Direito do trabalho, 24

*Verificação de aprendizagem, 24*

## **8 Fontes do direito tributário, 25**

- 1 Introdução, 25
- 2 Constituição, 26
- 3 Lei, 27
- 4 Lei complementar, 27
- 5 Lei ordinária, 31
- 6 Lei delegada, 31
- 7 Decreto legislativo, 32
- 8 Resolução, 32
- 9 Tratados internacionais, 32
- 10 Atos do Poder Executivo, 35
- 11 Usos e costumes, 37
- 12 Doutrina e jurisprudência, 38
- 13 Hierarquia, 39

*Verificação de aprendizagem, 39*

## **9 Eficácia da legislação tributária, 40**

- 1 Eficácia, 40
- 2 Eficácia no tempo, 41
- 3 Eficácia no espaço, 43

*Verificação de aprendizagem, 43*

## **10 Aplicação da legislação tributária, 44**

*Verificação de aprendizagem, 45*

**11 Interpretação e integração da legislação tributária, 46**

- 1 Interpretação, 46
- 2 Integração, 49
- Verificação de aprendizagem, 51*

**12 Princípios de direito tributário, 52**

- 1 Conceito de princípio, 52
- 2 Distinções, 53
  - 2.1 Diferença entre princípio e norma, 53
  - 2.2 Diferença entre princípio e regra, 54
  - 2.3 Diferença entre princípios e diretrizes, 56
  - 2.4 Diferença entre princípios e peculiaridades, 57
- 3 Considerações gerais, 57
- 4 Funções dos princípios, 57
- 5 Princípios gerais de direito, 59
- 6 Princípios de direito tributário, 60
  - 6.1 Princípio da legalidade, 60
    - 6.1.1 Introdução, 60
    - 6.1.2 Constituições brasileiras, 61
    - 6.1.3 Legalidade da tributação, 63
  - 6.2 Princípio da anterioridade, 65
  - 6.3 Princípio da igualdade tributária, 66
  - 6.4 Princípio da uniformidade, 67
  - 6.5 Princípio da liberdade de tráfego, 68
  - 6.6 Princípio da capacidade contributiva, 68
    - 6.6.1 Histórico, 68
    - 6.6.2 Constituições brasileiras, 69
    - 6.6.3 Natureza jurídica, 69
  - 6.7 Princípio da vedação do confisco, 75
- Verificação de aprendizagem, 77*

**13 Tributo, 78**

- 1 Receita, 78
- 2 Conceito de tributo, 79
- 3 Classificação, 80
- 4 Espécies, 81
  - 4.1 Pedágio, 82
- Verificação de aprendizagem, 83*

**14 Imposto, 84**

- 1 Histórico, 84
- 2 Conceito, 87

3 Classificação, 88  
*Verificação de aprendizagem*, 89

## 15 Taxa, 90

1 Histórico, 90  
2 Conceito, 91  
3 Distinção, 92  
4 Competência, 92  
5 Classificação, 93  
6 Características essenciais, 95  
7 Base de cálculo, 95  
*Verificação de aprendizagem*, 96

## 16 Contribuição de melhoria, 97

1 Histórico, 97  
2 Conceito, 99  
3 Distinção, 99  
4 Competência, 99  
5 Fato gerador, 99  
6 Contribuintes, 100  
7 Base de cálculo, 101  
8 Requisitos para a cobrança, 101  
9 Lançamento, 102  
*Verificação de aprendizagem*, 103

## 17 Contribuição social, 104

1 Denominação, 104  
2 Conceito, 107  
3 Espécies, 107  
    3.1 Contribuições de intervenção no domínio econômico, 107  
    3.2 Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas, 108  
    3.3 Contribuição para o custeio da seguridade social, 108  
4 Natureza jurídica, 110  
5 Competência, 117  
6 Contribuintes, 117  
7 Base de cálculo, 117  
8 Lançamento, 118  
9 Considerações gerais, 118  
*Verificação de aprendizagem*, 119

**18 Empréstimo compulsório, 120**

- 1 Histórico, 120
- 2 Finalidade, 120
- 3 Natureza jurídica, 121
- 4 Criação, 122
- Verificação de aprendizagem, 123*

**19 Sistema tributário nacional, 124**

- 1 Conceito, 124
- 2 Competência tributária, 124
- Verificação de aprendizagem, 126*

**20 Limitações constitucionais ao poder de tributar, 127**

- 1 Imunidade, 128
  - 1.1 Evolução histórica, 128
  - 1.2 Evolução constitucional, 128
  - 1.3 Etimologia, 129
  - 1.4 Conceito, 129
  - 1.5 Distinção, 131
  - 1.6 Classificação, 132
  - 1.7 Campo de aplicação, 132
  - 1.8 Imunidade recíproca, 132
  - 1.9 Templos de qualquer culto, 134
  - 1.10 Partidos políticos, 135
  - 1.11 Livros, jornais, 135
- 2 Outras limitações, 137
- Verificação de aprendizagem, 138*

**21 Discriminação de rendas tributárias, 139**

- 1 Discriminação de rendas, 139
  - 1.1 Impostos da União, 139
  - 1.2 Impostos dos Estados e do Distrito Federal, 139
  - 1.3 Impostos dos municípios, 140
- 2 Repartição das receitas tributárias, 140
- Verificação de aprendizagem, 143*

**22 Obrigação tributária, 144**

- 1 Conceito, 144
- 2 Espécies, 145
- 3 Natureza jurídica, 146
- 4 Fato gerador, 146

- 4.1 Denominação, 146
- 4.2 Conceito, 147
- 4.3 Distinção, 147
- 4.4 Classificação, 147
- 4.5 Ocorrência do fato gerador, 149
- 5 Sujeito ativo, 150
- 6 Sujeito passivo, 151
- 7 Capacidade tributária, 152
- 8 Solidariedade, 153
- 9 Domicílio tributário, 155
- 10 Responsabilidade tributária, 156
- 11 Substituição passiva tributária, 156
- 12 Responsabilidade dos sucessores, 160
- 13 Responsabilidade de terceiros, 165
- 14 Responsabilidade por infrações, 168
- 15 Denúncia espontânea, 169
- Verificação de aprendizagem, 170*

## **23 Crédito tributário, 171**

- 1 Conceito, 171
- 2 Distinção, 171
- 3 Lançamento, 172
  - 3.1 Espécies de lançamento, 174
- 4 Suspensão do crédito tributário, 176
  - 4.1 Denominação, 176
  - 4.2 Suspensão, 176
    - 4.2.1 Moratória, 176
    - 4.2.2 Depósito do montante integral, 178
    - 4.2.3 Reclamações e recursos, 179
    - 4.2.4 Liminar em mandado de segurança, 179
    - 4.2.5 Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, 180
    - 4.2.6 Parcelamento, 180
- 5 Extinção do crédito tributário, 181
  - 5.1 Pagamento, 182
    - 5.1.1 Prova, 182
    - 5.1.2 Lugar, 183
    - 5.1.3 Prazo, 183
    - 5.1.4 Formas, 184
    - 5.1.5 Imputação em pagamento, 185
    - 5.1.6 Consignação em pagamento, 185
    - 5.1.7 Pagamento indevido, 186

- 5.2 Compensação, 192
- 5.3 Transação, 193
- 5.4 Remissão, 194
- 5.5 Decadência, 195
  - 5.5.1 Conceito, 195
  - 5.5.2 Distinção, 196
  - 5.5.3 Contagem de prazo, 196
- 5.6 Prescrição, 197
  - 5.6.1 Histórico, 197
  - 5.6.2 Conceito, 198
  - 5.6.3 Requisitos da prescrição, 198
  - 5.6.4 Interrupção da prescrição, 199
  - 5.6.5 Suspensão da prescrição, 200
- 5.7 Conversão do depósito em renda, 201
- 5.8 Pagamento antecipado e homologação do lançamento, 201
- 5.9 Decisão administrativa irreformável, 202
- 5.10 Decisão judicial passada em julgado, 202
- 5.11 Dação em pagamento, 202
- 6 Exclusão do crédito tributário, 203
  - 6.1 Isenção, 203
  - 6.2 Anistia, 206
- 7 Garantias e privilégios do crédito tributário, 207
  - 7.1 Privilégios, 208
  - 7.2 Preferências, 210
- 8 Quitações, 213
  - Verificação de aprendizagem*, 214
- 24 Administração tributária, 215**
  - 1 Fiscalização tributária, 215
  - 2 Dívida ativa, 219
  - 3 Certidões negativas, 221
    - Verificação de aprendizagem*, 223
- 25 Ilícito tributário, 224**
  - 1 Noções gerais, 224
  - 2 Classificação das infrações fiscais, 226
  - 3 Crimes tributários, 226
    - 3.1 No Código Penal, 226
    - 3.2 Crimes contra a ordem tributária, 228
      - 3.2.1 Sonegação, 228
      - 3.2.2 Fraude, 229

- 3.2.3 Conluio, 229
- 3.2.4 Crimes contra a ordem tributária, 229
- 3.3 Crimes praticados por funcionários públicos, 231
- 4 Tipos de sanções fiscais, 231
  - 4.1 Sanções compensatórias, 232
    - 4.1.1 Juros de mora, 232
    - 4.1.2 Correção monetária, 233
    - 4.1.3 Multa de mora, 233
- 5 Sanção punitiva, 233
  - Verificação de aprendizagem, 234*
- 26 Processo administrativo tributário, 235**
  - 1 Introdução, 235
  - 2 Âmbito federal, 235
  - 3 Âmbito estadual, 238
  - 4 Âmbito municipal, 238
  - 5 Arrolamento de bens, 238
  - 6 Consulta fiscal, 239
    - Verificação de aprendizagem, 240*
- 27 Processo judicial tributário, 241**
  - 1 Introdução, 241
  - 2 Ações de iniciativa do fisco, 241
    - 2.1 Execução fiscal, 241
    - 2.2 Cautelar fiscal, 243
  - 3 Ações de iniciativa do contribuinte, 244
    - 3.1 Ação anulatória de lançamento tributário, 244
    - 3.2 Ação declaratória, 244
    - 3.3 Ação de consignação em pagamento, 245
    - 3.4 Ação de repetição de indébito, 245
    - 3.5 Mandado de segurança, 246
    - 3.6 Tutela antecipada, 247
  - 4 Controle de constitucionalidade, 248
    - 4.1 Ação direta de inconstitucionalidade, 249
    - 4.2 Ação declaratória de constitucionalidade, 249
  - 5 Depósitos judiciais, 250
    - Verificação de aprendizagem, 252*
- 28 Impostos federais, 253**
  - 1 Imposto de importação, 253
    - 1.1 Denominação, 253
    - 1.2 Competência, 253



- 1.3 Fato gerador, 254
- 1.4 Base de cálculo, 254
- 1.5 Contribuinte, 255
- 1.6 Zonas, 255
- 1.7 Lançamento, 256
- 2 Imposto de exportação, 256
  - 2.1 Competência, 256
  - 2.2 Fato gerador, 257
  - 2.3 Base de cálculo, 257
  - 2.4 Contribuinte, 258
  - 2.5 Lançamento, 258
  - 2.6 Função, 258
- 3 Imposto de Renda, 258
  - 3.1 Denominação, 258
  - 3.2 Competência, 258
  - 3.3 Generalidades, 259
  - 3.4 Fato gerador, 259
  - 3.5 Base de cálculo, 260
  - 3.6 Contribuinte, 263
  - 3.7 Lançamento, 263
- 4 Imposto sobre produtos industrializados, 263
  - 4.1 Competência, 263
  - 4.2 Denominação, 264
  - 4.3 Fato gerador, 264
  - 4.4 Base de cálculo, 265
  - 4.5 Contribuinte, 266
  - 4.6 Lançamento, 266
  - 4.7 Função, 266
- 5 Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, 267
  - 5.1 Denominação, 267
  - 5.2 Competência, 267
  - 5.3 Fato gerador, 267
  - 5.4 Base de cálculo, 268
  - 5.5 Contribuinte, 269
  - 5.6 Lançamento, 269
  - 5.7 Função, 269
- 6 Imposto sobre a propriedade territorial rural, 270
  - 6.1 Competência, 270
  - 6.2 Fato gerador, 270
  - 6.3 Base de cálculo, 271
  - 6.4 Contribuinte, 272

6.5 Lançamento, 272

6.6 Função, 273

7 Imposto sobre grandes fortunas, 273

8 Outros impostos, 273

*Verificação de aprendizagem*, 274

## **29 Impostos dos Estados e do Distrito Federal, 275**

1 Imposto de transmissão *causa mortis* e doação, 275

1.1 Competência, 275

1.2 Fato gerador, 276

1.3 Base de cálculo, 276

1.4 Contribuinte, 278

1.5 Lançamento, 278

2 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, 278

2.1 Competência, 278

2.2 Fato gerador, 279

2.3 Base de cálculo, 283

2.4 Contribuinte, 284

2.5 Regras gerais, 285

2.6 Lançamento, 286

3 IPVA, 287

3.1 Competência, 287

3.2 Lei complementar, 288

3.3 Fato gerador, 290

3.4 Base de cálculo, 290

3.5 Contribuinte, 290

3.6 Lançamento, 290

*Verificação de aprendizagem*, 290

## **30 Impostos dos municípios, 291**

1 Imposto sobre a propriedade territorial e predial urbana, 291

1.1 Competência, 291

1.2 Fato gerador, 292

1.3 Base de cálculo, 293

1.4 Contribuinte, 294

1.5 Lançamento, 294

2 Imposto de transmissão *inter vivos*, 295

2.1 Competência, 295

2.2 Fato gerador, 295

2.3 Base de cálculo, 297

2.4 Contribuinte, 297

2.5 Lançamento, 298

**3 Imposto sobre serviços de qualquer natureza, 298**

3.1 Denominação, 298

3.2 Competência, 298

3.3 Serviços, 298

3.4 Fato gerador, 299

3.5 Base de cálculo, 300

3.6 Alíquota, 301

3.7 Contribuinte, 301

3.8 Local da prestação do serviço, 302

3.9 Lançamento, 303

*Verificação de aprendizagem, 304*

**31 Simples, 305**

*Verificação de aprendizagem, 315*

*Bibliografia, 317*

*Índice remissivo, 325*